

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.394 - MG (2019/0289595-3)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : BARBARA VICTORIA DA COSTA MORAIS (PRESO)**  
**ADVOGADO : GEBERSON GERALDO DE JESUS - MG142182**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por BARBARA VICTORIA DA COSTA MORAIS em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado (fl. 235):

EMENTA: HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA – RECURSO EM LIBERDADE – DECISÃO FUNDAMENTADA – FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM – QUESTÃO RELACIONADA À FIXAÇÃO DO REGIME NA SENTENÇA – *HABEAS CORPUS* COMO SUCEDÂNEO RECURSAL – INVIABILIDADE – APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO – INCABIMENTO.

1. É evidentemente desnecessária uma pretensa e tautológica repetição de fundamentos já expostos, uma vez que mantidas as condições que ditaram a decisão acautelatória anterior, de um mesmo conteúdo motivacional, o qual pode ser validamente invocado à guisa de fundamentação per relationem (ou aliunde).
2. Presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, consubstanciados na gravidade concreta da conduta, tem-se por demonstrada a necessidade de manutenção do acautelamento preventivo para a garantia da ordem pública, não havendo falar-se em direito absoluto a recorrer da sentença em liberdade.
3. A ação constitucional de Habeas Corpus não pode ser utilizada como sucedâneo recursal, mormente quando, à impugnação do ato judicial combatido, há previsão expressa de ferramenta recursal própria, excetuados os casos em que patentemente configurado o constrangimento ilegal, que, in casu, não se verifica.
4. Presentes seus pressupostos e aferida a necessidade da prisão preventiva, inviável a fixação de medidas cautelares diversas. V.V. - Caracteriza constrangimento ilegal a sentença condenatória que sem a necessária fundamentação em dados concretos do feito nega ao Paciente o direito de recorrer em liberdade. - O Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o artigo 2º, §1º, da Lei 8.072/90, não sendo mais possível, a fixação de regime prisional fechado com base no referido dispositivo.

A recorrente foi presa em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. O juízo de primeiro grau a condenou à pena de 4 anos, 4 meses e 2 dias de reclusão, em regime inicial fechado, negando o direito de recorrer em liberdade.

Neste recurso alega-se que *a argumentação do juiz de primeira*

# Superior Tribunal de Justiça

*instância para aplicação da prisão preventiva baseada na gravidade do delito, posteriormente confirmada pelo ilustre Desembargados, não autoriza a prisão preventiva do recorrente sob alegação de garantia da ordem pública. Afirma, ainda, que as instâncias de origem não chegaram sequer a apresentar justificação plausível sobre quais os motivos deixava de aplicar as medidas cautelares diversas da prisão do recorrente.*

Por isso, requer o provimento para restabelecer a soltura da recorrente, recolhendo-se o mandado de prisão.

Na origem, o processo n. 0693.19.000941-7 encontra-se em fase de apelação, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal a quo consultadas em 30/09/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em recurso em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A prisão preventiva da paciente foi decretada nos seguintes termos (fls. 148-150):

Analisando detidamente os autos, vislumbro a existência de fortes indícios de que os indiciados cometeram o delito de tráfico de drogas, cuja pena máxima em abstrato ultrapassa 04 anos de reclusão.

**A materialidade do crime restou evidenciada pelos laudos de constatação, os quais atestam a apreensão de 233,83 g (duzentos e trinta e três gramas e oitenta e três centigramas) de maconha e 04 (quatro) "pés" de maconha (ff. 17/22).**

O condutor Matheus Victor de Carvalho, Policial Militar, perante a Autoridade Policial, relatou que visualizou o autuado Maxwell jogando na casa vizinha um "pé" de maconha. Acrescentou que na casa vizinha foi apreendido mais 03 "pés" da mesma substância entorpecente. Informou que foi apreendido na casa dos autuados um tablete de maconha, uma balança de precisão, uma porção de cocaína, um aparelho celular, uma bucha de maconha e um cheque na quantia de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais). Acrescentou que o autuado Maxuel assumiu a propriedade da maconha apreendida, mas alegou que se destinava ao consumo (f. 03/03v).

A testemunha Rodrigo de Paiva Godinho, policial militar, perante Autoridade policial, ratificou o histórico do REDS lavrado por ocasião dos fatos (f. 04).

A autuada Barbara Victoria da Costa Moraes, perante a Autoridade Policial, confessou a propriedade dos "pés" de maconha, alegando que se destinavam

ao consumo seu e do autuado Maxuel. Informou que há dois meses os "pés" de maconha estavam em sua casa. Relatou que não tinha conhecimento acerca dos demais objetos apreendidos no imóvel (f. 05).

O acusado Maxwell de Oliveira Pereira, perante Autoridade Policial, confessou a propriedade de todas as drogas e objetos apreendidos, alegando que os entorpecentes se destinavam ao seu consumo. Informou que não tem envolvimento com o tráfico de drogas (ff. 06/06v).

**Diante do quadro probatório, sobretudo o depoimento das testemunhas, bem como a quantidade de droga apreendida e a apreensão de uma balança de precisão junto ao entorpecente, vislumbro, neste juízo prévio, que a intenção dos autuados era a traficância, sendo, com isso, necessários seus encarceramentos cautelares como garantida ordem pública.**

A segregação cautelar dos autuados não infringe o princípio da presunção de inocência, por ter caráter meramente cautelar, e justifica-se, obviamente, pela periculosidade dos autores de crime hediondo, sobretudo in casu, em que a periculosidade concreta das condutas restou evidente, já que foi apreendida uma balança de precisão na residência dos autuados, a qual evidencia habitualidade na mercancia de drogas.

Portanto, é razoável crer que a manutenção da ordem pública é motivo suficiente a justificar a medida cautelar, estando presentes, desta forma, os requisitos do art. 312 do CPP.

Isso porque o tráfico de drogas é prática criminosa denunciadora de alta periculosidade dos seus agentes, devendo ser afastados do convívio social para evitar ameaça à ordem pública e jurídica, evitando também que esta sociedade venha a se sentir desprotegida e atemorizada. Além do que, em liberdade os traficantes encontrarão os mesmos estímulos que o levaram à prática delitiva.

[...]

É impossível, ademais, que se tolere tal atitude envolvendo a disseminação de drogas, com a facilidade que se evidencia, porque a sociedade tem diante de si, bem visível, a enormidade da tragédia que esse comércio representa.

### 3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, visando garantir a ordem pública, com fulcro nos arts. 312 e 313, I, ambos do Código de Processo Penal, CONVERTO AS PRISÕES EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA dos autuados MAXWEL DE OLIVEIRA PEREIRA E BARBARA VICTOIRA DA COSTA MORAIS.

*A sentença manteve a prisão preventiva, destacando que permanecem incólumes os motivos que justificaram a decretação da prisão preventiva dos acusados (ff. 104/105v), nego-lhes o direito de apelar em liberdade, pelo que recomendo-os na prisão em que se encontram (fl. 209).*

Como se vê, a prisão preventiva foi decretada para garantir a ordem pública, destacando-se que *o depoimento das testemunhas, bem como a quantidade de droga apreendida e a apreensão de uma balança de precisão junto ao entorpecente, vislumbro, neste juízo prévio, que a intenção dos*

# Superior Tribunal de Justiça

*autuados era a traficância, sendo, com isso, necessários seus encarceramentos cautelares como garantida ordem pública.*

Quanto ao ponto, pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga, qual seja, 233,83 g (*duzentos e trinta e três gramas e oitenta e três centigramas*) de maconha e 04 (*quatro*) "*pés*" de maconha (fl. 17/22). Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator